

## Eleições 2018 e o nosso futuro

# Urna eletrônica e consciência são vacinas contra a privatização

**Vamos decidir o nosso destino no dia 07 de outubro e será preciso sabedoria para evitar a intensificação em plano estadual e nacional da entrega do patrimônio público**

Após o final da ditadura militar, em 1985, o restabelecimento do voto para Presidente da República trouxe uma divisão clara. De um lado, os defensores dos direitos e conquistas dos trabalhadores. Do outro, quem almejava entregar o patrimônio nacional.

Valia tudo para entregar os anéis e os dedos. Em 1990, Fernando Collor não pensou duas vezes para entregar a Vale do Rio Doce e a Embraer.

Após uma trégua na era Itamar Franco, o espírito entreguista voltou com Fernando Henrique, que além de entregar o patrimônio público ainda encontrou tempo para socorrer bancos em dificuldades.

O estado de São Paulo, sob o comando de Mário Covas e depois de Geraldo Alckmin, não titubeou em desempenhar o papel de correia de transmissão e promoveu um desmanche do setor elétrico, que por 13 anos não foi acompanhado pelo governo federal.

Eis que o pesadelo volta a carga

total. Sem nenhum pudor, o presidente ilegítimo Michel Temer editou Medidas Provisórias e promoveu leis que tinham como único objetivo atender a volúpia do capital estrangeiro.

O plano não está completo. Candidatos a Presidente da República, descaradamente, anunciam que desejam retomar o programa de privatizações.

Não é especulação. Está registrado nos programas de governos. No plano estadual, Geraldo Alckmin saiu e o atual governador, Márcio França, levou em frente o objetivo de entrega da Cesp (*leia mais na página 2*).

O que isso afeta a vida dos trabalhadores do setor elétrico? Em tudo. Privatização significa enxugamento de pessoal, sucateamento das condições de trabalho, deterioração do serviço ao consumidor, aumento das tarifas e lucros e mais lucros aos controladores. Será que vale a pena ter tudo isso de volta em âmbito nacional? Pense bem.



## **Quais as perdas que o projeto neoliberal pode gerar ao trabalhador**

O Brasil tem 13 milhões de desempregados. Fruto do projeto de desmonte do governo ilegítimo e de sua reforma trabalhista.

Mas aquilo que é ruim pode piorar. Basta olhar para o que propõem os atuais candidatos identificados com o projeto neoliberal.

O tucano Geraldo Alckmin promete aprofundar a reforma trabalhista e até extinguir o Ministério do Trabalho.

Um outro candidato identificado

com o espectro conservador e que é patrono do avanço do fascismo no Brasil tem a proposta de alíquota única de imposto de renda de 20%. Ou seja, quem ganha R\$ 1000 e hoje está isento de imposto, passaria a pagar R\$ 200 de desconto na fonte.

É preciso pensar antes de decidir. Voto não tem preço e, sim, consequência. O futuro dos brasileiros depende do resultado das urnas. Faça bom uso da democracia!

## **Chile e Venezuela: ponderação para checar o que é verdadeiro**

Não há como disfarçar. O bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos transformou a Venezuela em um caos. Nicolas Maduro mudou a moeda, a pobreza aumentou juntamente com a inflação e muitas cidades vivem às escuras por causa do racionamento de energia. Sem contar a ação das milícias. Tudo verdade.

E muitos aproveitam para fazer uma comparação com o Chile, país que a direita brasileira considera um modelo a ser seguido. Nesse caso, conta-se para você uma meia verdade.

A prosperidade iniciada na ditadura do general Augusto Pinochet foi às custas de uma das mais violentas

ditaduras militares da América do Sul. Ele governou o Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar o golpe militar que derrubou o governo democraticamente eleito do presidente Salvador Allende. Pinochet privatizou os serviços públicos e, sequer a educação, permaneceu gratuita. Ou seja, muitos países precisam desdobrar-se em vários empregos para juntar o dinheiro necessário para pagar uma escola decente ao seu filho.

Vale a reflexão: é preferível lutar por uma escola pública de qualidade ou jogar uma massa de trabalhadores para a iniciativa privada ou sem recursos? Vale pensar.

## **Quem deve merecer o seu voto no dia 07 de outubro**

Não há saída fora da política. É com o voto que é possível transformar o Brasil e incrementar o país economicamente.

Os trabalhadores devem ficar atentos e cuidar de realizar uma boa escolha no dia 07 de outubro.

É preciso estabelecer critérios claros. Não dá para brincar com os votos. Trabalhador consciente vota em Presidente da República disposto a interromper os processos de privatizações e a promover a retomada do crescimento econômico do país.

O candidato ideal para governador é aquele determinado a acabar com 24 anos de uma gestão que não

atende aos pobres.

No Senado Federal, é preciso contar com parlamentares dispostos a fazer propostas que visem o bem estar dos trabalhadores e de toda uma população e que, juntamente com uma bancada progressista na Câmara dos Deputados, estarão na linha de frente para impedir a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

Veja na página 3 desta edição quem são os parlamentares de SP que aprovaram projetos que retiraram direitos trabalhistas e sociais e dê o recado nas urnas: votou, não volta!

## **Ainda nesta edição**

**DESMONTE: GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL PRIVATIZAM ELÉTRICAS**

**ELEIÇÕES 2018: OS TRAIADORES DA CLASSE TRABALHADORA**

**CUT LANÇA "PLATAFORMA PARA AS ELEIÇÕES 2018"**

# ELETOBRAS VENDE 71 SPEs DIA 27

**Para se desfazer desse patrimônio público, empresa convoca os seus acionistas para uma assembleia extraordinária, marcada para 24 de setembro. Herança maldita!**

Todo o planejamento feito no governo de Luiz Inácio Lula da Silva com a construção das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para o desenvolvimento do setor elétrico no país e o fortalecimento da Eletrobras será repassado à iniciativa privada. No próximo dia 27, a Eletrobras realiza o leilão para a venda de 71 participações societárias em SPEs. O leilão acontece às 10h, na B3 (Bolsa de Valores, Balcão, Brasil).

Esse desmonte da Eletrobras foi retomado a partir da posse do atual presidente da empresa, Wilson Ferreira Pinto Jr., em julho de 2016. Inicialmente, ele negou sua intenção de vender, apesar do então ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Neto, falar publicamente, já na época, que esses ativos da estatal seriam privatizados.

## Assembleia extraordinária

Para poder se desfazer desse patrimônio público, a Eletrobras convocou os seus acionistas para uma assembleia extraordinária, marcada para 24 de setembro próximo. O objetivo é obter a aprovação para a venda de algumas SPEs (lotes A - Santa Vitória do Palmar, B - complexo eólico Hermenegildo e Chuí IX, e J - Uirapuru Transmissora de Energia), onde

tem participação acionária a partir de 75%. As SPEs são instrumentos jurídicos para firmar parcerias com o setor privado para a execução de investimentos em transmissão e geração de energia.

## O leilão

Nesta operação, a Eletrobras foi assessorada pelo BTG Pactual na fase de avaliação das SPEs e está sendo auxiliada pelo Banco Credit Suisse na fase de apoio à alienação. Os interessados têm até 25 de setembro para manifestar interesse com a entrega de documentação, dois dias antes do leilão.

Serão ofertados 18 lotes. Destes, oito serão compostos por 59 SPEs que operam no segmento de geração eólica, com aproximadamente 1.605 MW de capacidade instalada, e 10 lotes serão compostos por 12 SPEs que operam no segmento de transmissão de energia elétrica, com aproximadamente 2.912 km de extensão de linhas de transmissão e 5.530 MVA em capacidade de transformação.

## Histórico

O desmonte do setor elétrico começou no governo do presidente Fernando Collor de Melo, que fez nascer no Brasil o primeiro programa de privatizações, o Programa Nacional de

Desestatização (PND) - Lei 8.031/90.

Esta legislação vigorou até 1997, quando foi revogada pela Lei 9.491 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Foram nos seus dois governos que as privatizações ganharam fôlego dobrado. O fato mais marcante causado pela falta de investimentos no setor foi o apagão de 2001.

É preciso lembrar ainda que, no governo de FHC, foram vendidas parte da Eletrobras, da Cemig e da Cesp, que foi "retalhada" pelo vice-governador da época, Geraldo Alckmin, que foi o primeiro presidente do Programa Estadual de Desestatização (PED) e que este ano, antes de deixar o governo para Márcio França (que deu prosseguimento ao processo), lançou um novo edital de leilão da Companhia (veja abaixo matéria).

A partir de 2003, no governo de Lula, interrompeu-se a privatização do setor elétrico e foi retomado o planejamento com a criação da Empresa de Pesquisa Energética. Criou-se o Programa Luz para Todos, de universalização da energia elétrica sem ônus para a população pobre beneficiada, e foram construídas linhas de transmissão elétricas, enquadradas dentro das SPEs a serem leiloadas este mês. #NãoÀPrivatização

## Leilão da Amazonas é adiado

O leilão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., que estava marcado para 26 de setembro, foi adiado para 25 de outubro próximo. O anúncio foi feito pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no último dia 20.

Com isso, se houver vencedor no leilão, a assinatura do contrato de compra e venda de ações e do acordo de acionistas ocorrerá até 14 de janeiro de 2019. Se acontecer nesta data limite, a Eletrobras realizará assembleia geral de acionistas até 28 de dezembro para prorrogar o prazo já estabelecido (31/12/2018).

Com relação ao leilão da Companhia Energética de Alagoas, o processo continua suspenso por conta de decisão judicial. Já foram vendidas as distribuidoras Ceron (RO) e Eletroacre (AC), adquiridas pela Energisa, a Boa Vista (RR), comprada pela Oliveira Energia e a Cepisa (PI), assumida pela Equatorial Energia.

# GOVERNO DE SP QUER ENTREGAR A CESP EM 2 DE OUTUBRO

Nesses últimos 22 anos, a luta do Sinergia CUT sempre foi contra a privatização das energéticas. Mas, com grande descaso e desrespeito, o governo do estado de São Paulo insiste em entregar a Cesp, patrimônio do povo, na tentativa de passar a responsabilidade de um serviço essencial à vida para o capital privado.

O alvo agora são as últimas três usinas que continuam agrupadas na Cesp: Porto Primavera, Paraibuna e Jaguari. O dia marcado para a tentativa de entrega da geradora é 2 de outubro, às vésperas da eleição nacional.

Em todo esse processo de privatização, o Sindicato batalhou pela garantia no edital de venda em defesa de pontos fundamentais para preservar direitos do Acordo Coletivo, do Plano de Previdência, do Plano de Saúde e para uma aposentaria digna. E tudo isso sempre contando com o apoio de deputados e deputadas da bancada dos trabalhadores da Assembleia Legislativa de SP.

Foram várias reuniões entre o Sindicato e os deputados estaduais com

Secretaria da Fazenda sobre os prejuízos da privatização para os trabalhadores e para toda a população, entre elas, a precarização das condições de trabalho, fechamento de postos de trabalho e a perda da qualidade dos serviços prestados. O resultado dessa luta está no edital de venda da geradora.

## A luta continua

O Sinergia CUT realiza em 27 de setembro uma reunião com os movimentos sociais da região para debater o reflexo da privatização sobre a população atingida pela hidrelétrica de Porto Primavera.

Desde o início, o Sindicato questiona essa privatização. Dirigentes do Sinergia CUT entraram com uma ação popular na 2ª Vara Cível de Pre-

sidente Prudente questionando a falta de transparência da Aneel e solicitando a realização de audiência pública no município de Rosana. Uma liminar foi concedida em abril deste ano suspendendo o processo de renovação do contrato de concessão da usina,

até que fosse realizada ao menos uma audiência presencial. Essa liminar foi derubada, em meados de maio, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, deixando o caminho livre para o governo de SP publicar o

edital de privatização da Cesp. Um recurso foi protocolado no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a suspensão do leilão.

O Sindicato também estuda entrar com duas ações visando suspender o

processo de privatização. E caso ela ocorra em 2 de outubro, realizará um ato em frente à Bolsa para chamar a atenção da população sobre essa entrega do patrimônio público.

## Relembrando...

... o processo de privatização da Cesp começou com a tramitação do Projeto de Lei 71/96, que se tornou na Lei 9361/96, com a criação da Elektro como subsidiária integral da Cesp e privatização em 16 de julho de 1998.

Em 01 de abril de 1999 ocorreu a cisão da Cesp, que resultou na criação das seguintes empresas: Companhia de Geração de Energia Elétrica Parapanema, Companhia de Geração Elétrica Tietê e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica (CTEEP).

Mais recentemente, em 06 de julho passado, o governo de Márcio França publicou o edital N° 001/2018, visando a alienação de todas as ações do Capital Social da Cesp em seu poder, em leilão público previsto para ser realizado em 2 de outubro.

E esta é a fase final do processo de privatização da Cesp, iniciado em 1998.



# REFORMA TRABALHISTA

## Esses deputados e deputadas votaram **CONTRA** os seus direitos



Elaboração: Secom CUT-SP (setembro 2018) - Pesquisa e textos: Vanessa Ramos e Rafael Silva/Projeto gráfico e diagramação: Maria Dias

### CONHEÇA OS PARTIDOS QUE VOTARAM EM PROJETOS QUE RETIRAM DIREITOS!

- Terceirização sem limites da mão de obra
- Reforma Trabalhista
- Teto de Gastos que congela investimentos públicos por 20 anos

**PSDB** (do Alckmin e Doria)  
**MDB** (do Temer e Skaf)  
**PSL** (do Jair Bolsonaro)

**PR** • **PSD** • **PSB** • **DEM** • **PRB** • **PSC**  
**PPS** • **PV** • **PEN** • **PP** • **Podemos (PTN)**  
**PHS** • **PTB** • **PROS** • **PSL** • **Solidariedade**

Os projetos apoiados por esses partidos resultaram em mais desemprego, maior exploração, saúde e educação precárias e qualidade de vida ainda pior!



## #NossasPropostas

# Democracia, Direitos e Soberania

**CUT lança “Plataforma para as Eleições 2018” para defender a democracia, a cidadania e os direitos humanos, através de eleições livres e democráticas, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, reformas política e do judiciário, democratização da comunicação e revogação da reforma trabalhista, entre outras propostas**

Ano de eleição é ano de a CUT e sindicatos filiados entregarem a candidatas e candidatas propostas definidas coletivamente para garantir direitos da classe trabalhadora e assegurar vida digna ao povo brasileiro. Este ano, novamente a Central lançou a “Plata-

forma para as Eleições 2018” com as propostas prioritárias para defender Democracia, Direitos e Soberania, e que estão sendo discutidas com candidatas e candidatas à Presidência da República, aos governos estaduais e ao parlamento.

Na apresentação, a CUT avalia que “durante 13 anos, governos democráticos e populares enfrentaram a agenda neoliberal e caminharam em direção a um novo modelo de desenvolvimento com inclusão social, valorização do

trabalho, inserção soberana do país no cenário internacional e aumento dos espaços de participação e diálogo com a sociedade”, sem nunca abandonar a pressão e a luta pela consolidação de conquistas e mudanças reivindicadas pela classe trabalhadora.

Mas, desde 2016, o cenário mudou drasticamente com o golpe parlamentar, jurídico, midiático e empresarial. “E vimos avançar, não sem nossa resistência, uma agenda de ataques ao povo brasileiro. Os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras foram feridos de morte com a terceirização irrestrita e a reforma trabalhista”, destaca a CUT.

Um cenário que, segundo a Central e sindicatos cutistas, Sinergia CUT inclusive, “é uma afronta tão grande aos interesses do país que não pode

se sustentar diante do juízo popular, pois, ao contrário do que prometeram os golpistas, a estagnação econômica, a destruição da indústria nacional, o desemprego em massa e a piora das condições de vida são as marcas do governo Temer”.

Assim, a Plataforma da CUT exige, em primeiro lugar, “o restabelecimento da ordem democrática no Brasil”, o que só será possível se forem garantidas eleições livres e verdadeiramente democráticas!

O **Jornal do Sinergia CUT** publica abaixo algumas das principais propostas para garantir direitos históricos da classe trabalhadora e destaca outras que afetam a vida dos energéticos. **A íntegra da “Plataforma para as Eleições 2018” está disponível no site da CUT (www.cut.org.br).**



## REVOGAR AS MEDIDAS DO GOLPE, RETOMAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS E O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

Uma das prioridades da Plataforma é a revogação de todas as medidas do governo ilegítimo de Michel Temer (MDB) que atacaram os direitos da classe trabalhadora, as liberdades democráticas, a soberania nacional e as bases do desenvolvimento com igualdade social.

Para a CUT, o trabalho tem um papel central no desenvolvimento nacional e na garantia do direito de viver com qualidade e dignidade. Construir esse modelo sustentável exige profundas alterações no modo de produzir, rompendo com o modelo predatório e de interesse das corporações e das elites econômicas mundiais.

As políticas públicas devem assegurar um novo patamar de garantias sociais em benefício da maioria oprimida do povo brasileiro e reorientar o país para alcançar elevadas taxas de crescimento com sustentabilidade ambiental, redução da pobreza, desigualdade de renda, disparidades regionais, educação pública e de qualidade, fortalecimento do sistema de proteção social.

O engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia hoje significa a luta por instituições democráticas baseadas na soberania popular, na superação das desigualdades sociais, na luta contra o machismo e no combate ao racismo e a todas as formas de discriminação, em favor de uma sociedade capaz de corrigir injustiças históricas, incluir e respeitar toda a sua diversidade.

Convicta de que o processo eleitoral será, mais uma vez, polarizado em torno de dois projetos antagônicos, a CUT reafirma a defesa do legado dos governos democráticos e populares, defendendo a soberania, a cidadania, os direitos, a igualdade e a liberdade.

## VALORIZAR O TRABALHO COM A GARANTIA DE EMPREGO: TRABALHO E RENDA DE QUALIDADE

Para a CUT, o golpe em curso no Brasil destruiu direitos trabalhistas, gerou desemprego recorde e aumentou o emprego precário via terceirização sem limites, contratos de trabalho temporário e ou intermitente.

A superação desse grave cenário exige a adoção de uma política econômica e social oposta à do governo atual - que é defendida por alguns candidatos presidenciais -, além da adoção de medidas urgentes para recuperar a proteção do emprego pela legislação e pela contratação coletiva realizada pelos sindicatos.

Conheça as principais propostas da CUT para garantir emprego e renda:

# Revogar a reforma trabalhista (lei 13.467/17) para assegurar que os direitos sejam garantidos, não sejam rebaixados por nenhum acordo ou convenção coletiva e que esses direitos sejam protegidos pelo estatuto da ultratividade.

# Revogar a lei 13.429/17, que permite a terceirização indiscriminada, inclusive de atividades-fim, substituindo-a por regras que garantam a responsabilidade solidária das contratantes, a isonomia de direitos e a representação sindical por categoria preponderante.

# Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento, na perspectiva do pleno emprego.

# Garantir a Política de Valorização do Salário Mínimo.

# Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, com limitação de horas extras e eliminação do banco de horas.

# Ampliar direitos da classe trabalhadora com a aprovação e a aplicação das Convenções da OIT.

## RESGATAR, FORTALECER E DEMOCRATIZAR O ESTADO E OS SERVIÇOS PÚBLICOS, INCLUSIVE ENERGIA

A plataforma afirma que “o governo ilegítimo de Temer e os apoiadores do golpe congelaram o orçamento público por 20 anos, reduzindo a capacidade do Estado de promover políticas públicas”. Mais: “O Plano de Privatizações de Temer tem como objetivo a venda de estatais em áreas estratégicas para o país... estabelecendo uma ameaça jamais vista à soberania nacional”.

Para reverter isso, a CUT propõe, dentre outras medidas:

# Revogar a Emenda Constitucional 95, que congela gastos públicos.

# Realizar uma Reforma Tributária baseada na capacidade contributiva de cada brasileiro, garantindo progressividade, além de reduzir os impostos sobre o consumo.

# Atualizar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, com ampliação das faixas de isenção e criação de novas alíquotas.

# Manter empresas estatais fundamentais ao desenvolvimento econômico e à prestação de serviços de qualidade à população.

# Garantir investimentos em infraestrutura social, inclusive energia elétrica, para promover desenvolvimento, alavancar a indústria nacional e elevar a qualidade de vida da população.

# Consolidar política energética democrática que garanta a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social, com matriz que garanta a sustentabilidade de produção e o uso de energias renováveis.

# Reverter as privatizações de serviços sociais executadas no governo Temer, como água, esgoto, energia, transporte público, educação e saúde. Iniciar processo de reestatização e remunicipalização desses serviços, como já ocorre em vários países.

## Mulheres na luta por igualdade

Roberto Parizotti



O Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT participou, na noite da sexta (20), em São Paulo, da entrega da Plataforma da Mulher Trabalhadora, em que elas pedem o compromisso com propostas específicas, a candidatas e candidatas do campo democrático e popular. A entrega aconteceu durante a Plenária de Sindicatistas da CUT e outras centrais sindicais.

O candidato a presidente Fernando Haddad foi representado pela mulher, Ana Estela, que defendeu a importância de políticas públicas, afirmando que “46% das famílias são chefiadas por mulheres”. Disse ainda que as reivindicações eram importantes para o movimento feminino que luta por mais igualdade de oportunidades no trabalho e na vida. “Essa campanha é a da força feminina. Eu acredito muito na força da mulher e na retomada de programas e políticas voltadas para as mulheres”, lembrou.

A entrega da plataforma foi feita pela secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-SP, Márcia Viana. “Vamos ocupar as ruas para mostrar que é preciso derrotar nas urnas o machismo, a violência e o patriarcado, tão presentes no país ainda. Nós somos a maioria do eleitorado e temos o poder do voto em nossas mãos. Chega de fascismo e de políticos que aprofundam as desigualdades”, disse.